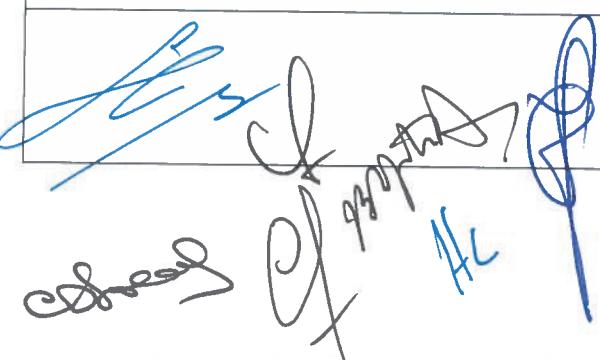




**2018**

**RELATÓRIO DE GESTÃO  
CÂMARA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO**

**APROVAÇÕES**

CÂMARA MUNICIPAL	ASSEMBLEIA MUNICIPAL
 	  



# RELATÓRIO DE GESTÃO 2018

## ÍNDICE

### 1 - CARACTERIZAÇÃO DA ATIVIDADE MUNICIPAL - ANO DE 2017

1.1 – Enquadramento	Pág.02
1.2 - Análise sumária	Pág.02
1.3 - Estrutura organizativa	Pág.04
1.4 - Recursos Humanos	Pág.05
1.5 - Análise Orçamental da Despesa e da Receita	Pág.06
1.5.1 – Análise Orçamental da Despesa	Pág.08
1.5.2 – Análise Orçamental da Receita	Pág.13
1.6 - Evolução da Execução Orçamental	Pág.18
1.7 - Análise da execução anual das Grandes Opções do Plano	Pág.20

### 2 - Análise da situação Económica e Financeira

2.1 - Indicadores gerais de atividade	Pág.28
2.2 - Custos	Pág.30
2.3 - Proveitos	Pág.32
2.4 - Resultados	Pág.33
2.5 - Análise Financeira	Pág.33
2.6 - Endividamento	Pág.34
2.6.1 - Capacidade Legal de Endividamento	Pág.35
2.6.2 - Dívidas a Terceiros - Curto Prazo	Pág.35
2.6.3 - Dívidas a Terceiros - Médio e Longo Prazo	Pág.36
2.6.4 - Dívidas de Terceiros	Pág.37
3 – Aferição do cumprimento da regra do equilíbrio	Pág.38
4. Apuramento do limite da dívida total	Pág. 39
5 - Proposta de aplicação do resultado líquido do exercício	Pág.40

Anexos: – Balanço Social; Balanço Demonstração de Resultados e Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados



## RELATÓRIO DE GESTÃO 2018

### 1. CARACTERIZAÇÃO DA ATIVIDADE MUNICIPAL - ANO DE 2018

#### 1.1 - ENQUADRAMENTO

Em conformidade com o disposto na alínea i) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, foram elaborados os documentos de prestação de contas relativas ao ano 2018, perspetivando:

- O controlo político da Assembleia Municipal, de acordo com a alínea I) do nº 2 do artigo 25º da mencionada Lei;
- O controlo jurisdicional do Tribunal de Contas;
- O controlo administrativo de verificação da legalidade por parte dos órgãos da tutela da Administração Central;
- A *accountability* e transparência junto dos cidadãos sobre a atividade desenvolvida pela autarquia.

Pretende, simultaneamente, aferir a qualidade da gestão municipal, através da avaliação dos resultados e do grau de eficiência e eficácia da afetação de recursos face aos objetivos realizados.

#### 1.2 – ANÁLISE SUMÁRIA

O desenvolvimento da atividade municipal no ano de 2018, do ponto de vista da sua gestão orçamental, ficou marcado, mais uma vez, por uma gestão rigorosa que permitiu, na diferença entre Receitas Correntes e Despesas Correntes, libertar um valor de **11.137.852,92€** para Investimento.

A Câmara Municipal de Castelo Branco tem apresentado custos de estrutura que lhe permitem libertar dotações para investimento.

Esta realidade deriva da orientação estratégica da gestão da autarquia, prosseguida desde 1998, que permitiu a execução de investimentos ímpares no concelho.



## RELATÓRIO DE GESTÃO 2018

O ligeiro aumento da despesa corrente é assim justificado pela forte dinamização que este executivo implementou nos diversos equipamentos culturais, desportivos, de lazer e ainda num impulso diferenciado nas atividades promocionais da região, desde a feira dos sabores de perdição, às feiras nas freguesias, o Natal Branco e a noite da passagem de ano 360º.

Relativamente às despesas de capital, mantiveram à semelhança dos anos anteriores um volume muito significativo de investimentos, perfazendo um total de investimento de 13.602.711,85€, o que representa 38,52% do total das despesas executadas do orçamento, sinónimo de um intenso investimento no Concelho.

Como resultado, esta robustez do Município de Castelo Branco permite continuar a ser um elemento decisivo no desenvolvimento do Concelho, mantendo uma presença forte não só nos investimentos que realiza como também no apoio à realização de uma significativa variedade de atividades desenvolvidas pelas entidades e coletividades do Concelho.

Num trabalho de proximidade, colaborativo e dinâmico (seguindo a melhor tradição dos anos precedentes), a gestão do Município foi impulsionada, positivamente, pela articulação com os diferentes agentes e atores locais – **Municípios, Autarcas, Dirigentes e Trabalhadores Municipais, organizações partidárias, sindicais e socioprofissionais, coletividades, empresas e demais entidades, públicas e privadas** – prestaram à Autarquia. O bom relacionamento é credor do reconhecido agradecimento do Executivo Municipal.

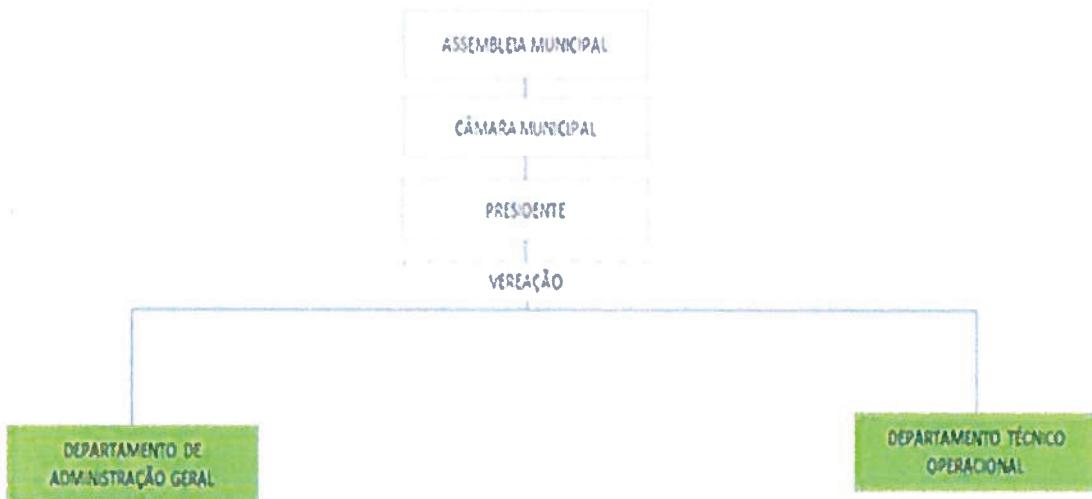


## RELATÓRIO DE GESTÃO 2018

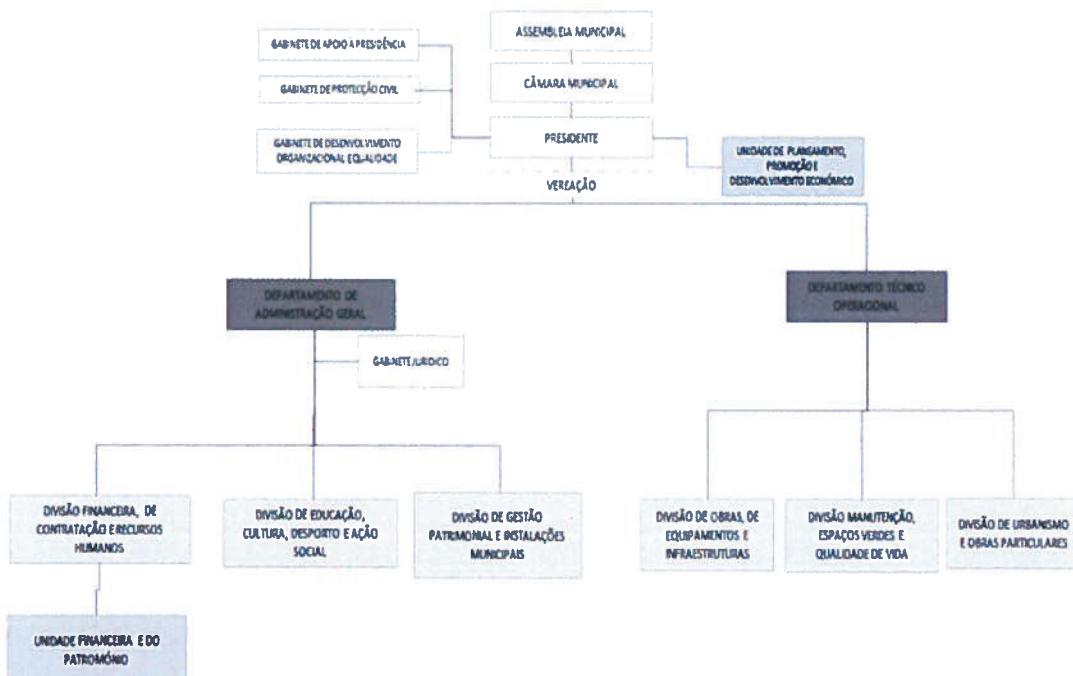
### 1.3 - ESTRUTURA ORGANIZATIVA

O organograma de funcionamento do Município, em 31/12/2018, era o seguinte:

#### ESTRUTURA NUCLEAR



#### ESTRUTURA FLEXÍVEL





## RELATÓRIO DE GESTÃO 2018

### 1.4 – RECURSOS HUMANOS

O Balanço Social referente a 31/12/2018, consta como anexo do presente relatório e integra a informação e a análise dos recursos humanos do Município.

Apresenta-se, no entanto, um conjunto de indicadores:

RÁCIOS DE PESSOAL	2014	2015	2016	2017	2018
Trabalhadores do Município	-2,55%	-0,79%	-0,79%	3,46%	5,14%
Trabalhadores do Município (Ano Anterior)					
Despesas com o Pessoal	125,63	120,07	120,65	122,98	135,82
População Concelho de Castelo Branco					
População Concelho de Castelo Branco	146,88	148,04	149,23	144,24	137,19
Trabalhadores do Município					

POPULAÇÃO CONCELHO CASTELO BRANCO: 2010 E 2011 - CENSOS DE 2011 / 2012, 2013 E 2014 - CENSOS DE 2011

Quadro 1 – Rácios de Pessoal

Face aos rácios apresentados, verifica-se um ligeiro aumento do nº de trabalhadores face ao ano anterior, contrariando a tendência do decréscimo dos últimos anos.

Este resultado é justificado também, como foi referido anteriormente, pela necessidade de admissão de pessoal nos diversos equipamentos municipais, admissões do programa de regularização extraordinária dos vínculos precários, a necessidade de admissão de pessoal auxiliar nas escolas, o reforço dos serviços de áreas base do Município e a preparação para as futuras saídas de trabalhadores em idade de reforma.

Os valores aumentaram ligeiramente em 2018 e esta tendência deverá manter-se tendo em conta a necessidade de salvaguardar a transição de pessoal em idade de reforma e ainda a gestão das novas competências delegadas pela administração central, através da Lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais (Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto).



## RELATÓRIO DE GESTÃO 2018

Ainda assim, este percurso implica uma estrutura de custos com o pessoal muito abaixo da média nacional.

### 1.5 – ANÁLISE ORÇAMENTAL DA DESPESA E DA RECEITA

Numa análise global do orçamento, constata-se: do lado da Despesa um ligeiro aumento da Despesa Corrente, já devidamente justificado e, a continuidade do esforço de investimento em Despesas de Capital, que totalizaram **13.602.711,85 €**; do lado da Receita verificou-se um aumento de **715.612,63 €** nas Receitas Correntes e uma diminuição de **-296.039,75€** nas Receitas de Capital.

Assim, a gestão do ano 2018 permitiu libertar **11.137.852,92 €** da gestão corrente para consignar ao investimento.

- A receita do exercício, que totalizou **39.526.286,48 €**, repartiu-se por:

RECEITAS CORRENTES	<b>32.850.165,84€</b>
RECEITAS DE CAPITAL	<b>4.201.120,64€</b>
RECEITAS NÃO ABATIDAS	<b>3.553,12€</b>
SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR	<b>2.475.000,00€</b>

- A despesa total foi de **35.315.024,77€**, correspondendo ao somatório dos seguintes valores:

DESPESAS CORRENTES	<b>21.712.312,92€</b>
DESPESAS DE CAPITAL	<b>13.602.711,85€</b>



## RELATÓRIO DE GESTÃO 2018

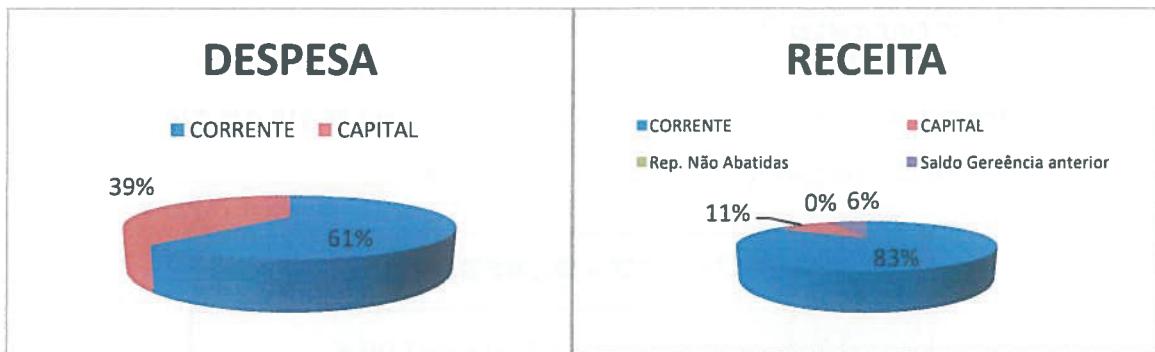


Gráfico 1 – Receita e Despesa (%)

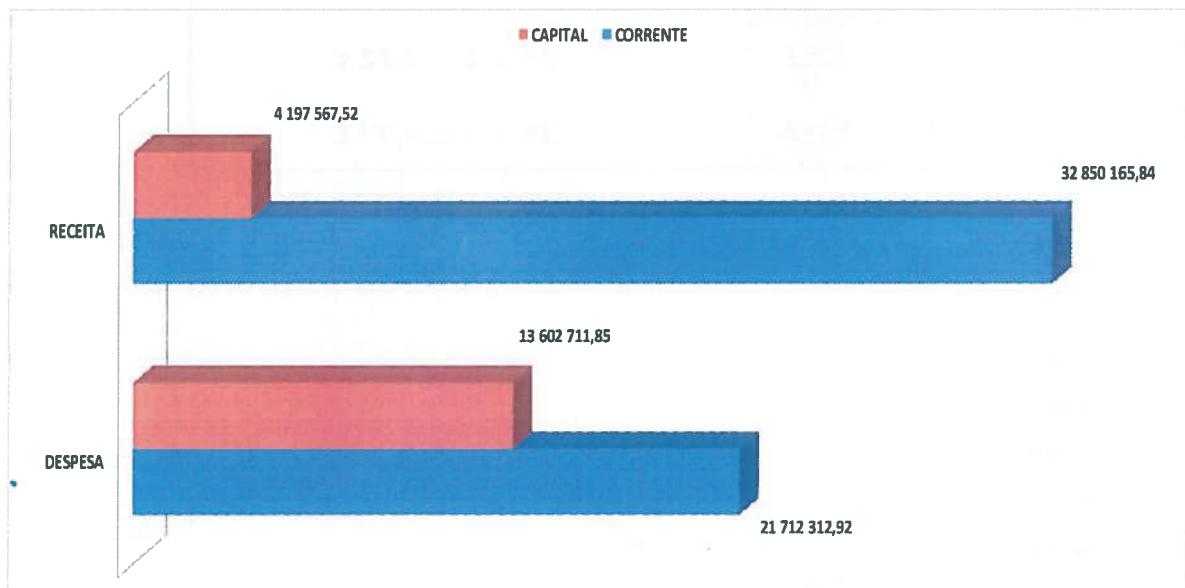


Gráfico 2 – Receita e Despesa (€)



## RELATÓRIO DE GESTÃO 2018

### 1.5.1 – ANÁLISE ORÇAMENTAL DA DESPESA

O valor orçamental da despesa do exercício de 2018 fixou-se em **35.315.024,77€**. Os valores dos últimos cinco anos, constam do quadro e do gráfico seguinte:

ORÇAMENTO - DESPESA TOTAL	
2014	<b>34 618 467,00 €</b>
2015	<b>32 475 365,00 €</b>
2016	<b>40 330 659,57 €</b>
2017	<b>38 170 324,22 €</b>
2018	<b>35 315 024,77 €</b>

Quadro 2 – Despesa (€)

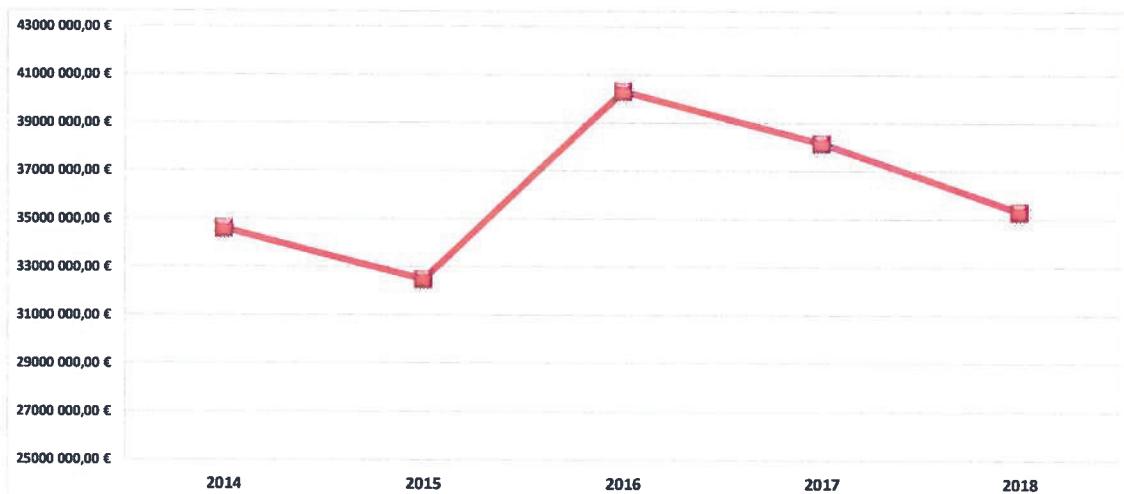


Gráfico 3 – Evolução da Despesa Total (€)

No ano de 2018, a gestão da Autarquia decorreu em consonância com as boas práticas dos anos precedentes, superiormente orientadas pelo rigor, pelo controlo da despesa de funcionamento, pela maximização do investimento e pela diminuição do endividamento.



## RELATÓRIO DE GESTÃO 2018

Em 2018, a estruturação da despesa corrente e de capital foi enquadrada nas diferentes rubricas e da seguinte forma:

RUBRICAS DA DESPESA		VALOR (€)	%
01	Despesas com o pessoal	7 620 912,28	21,58%
02	Aquisição de bens e serviços	10 089 068,70	28,57%
03	Juros e outros encargos	47 855,56	0,14%
04	Transferências correntes	2 941 037,30	8,33%
05	Subsídios	682 226,89	1,93%
06	Outras despesas correntes	331 212,19	0,94%
07	Aquisição de bens de capital	11 213 618,20	31,75%
08	Transferências de capital	1 486 393,37	4,21%
09	Ativos financeiros	307 413,39	0,87%
10	Passivos financeiros	595 286,89	1,69%

Quadro 3 – Despesa por Rubrica

Destaca-se o substancial peso (31,75%) que as Aquisições de Bens de Capital (Investimento diretamente desenvolvido pela Autarquia – Plano de Investimentos) assume no total do Orçamento da Despesa. Em contrapartida, realça-se o valor que as Despesas com o Pessoal representam no total (21,58%).



## RELATÓRIO DE GESTÃO 2018

Estes valores permitiram uma execução orçamental de 75,82%, que se apresenta no quadro seguinte:

	EXECUÇÃO ORÇAMENTAL - DESPESA				
	2014	2015	2016	2017	2018
Despesa Corrente	79,51%	84,98%	91,40%	98,47%	87,56%
Despesa Capital	42,48%	56,31%	75,37%	66,40%	62,46%
Total da Despesa	56,17%	69,52%	82,09%	80,27%	75,82%

Quadro 4 – Execução Orçamental -Despesa

Do total da despesa, 61,48% diz respeito a despesa corrente, que é submetida a um rigoroso escrutínio, em obediência a princípios de gestão exigentes e fundamentais. A evolução das despesas correntes, no último quinquénio, demonstra a consistência da gestão adotada:

ORÇAMENTO - DESPESA CORRENTE	
2014	18 116 198,00 €
2015	18 286 843,00 €
2016	18 821 318,45 €
2017	20 260 530,59 €
2018	21 712 312,92 €

Quadro 5 – Despesa Corrente (€)



## RELATÓRIO DE GESTÃO 2018

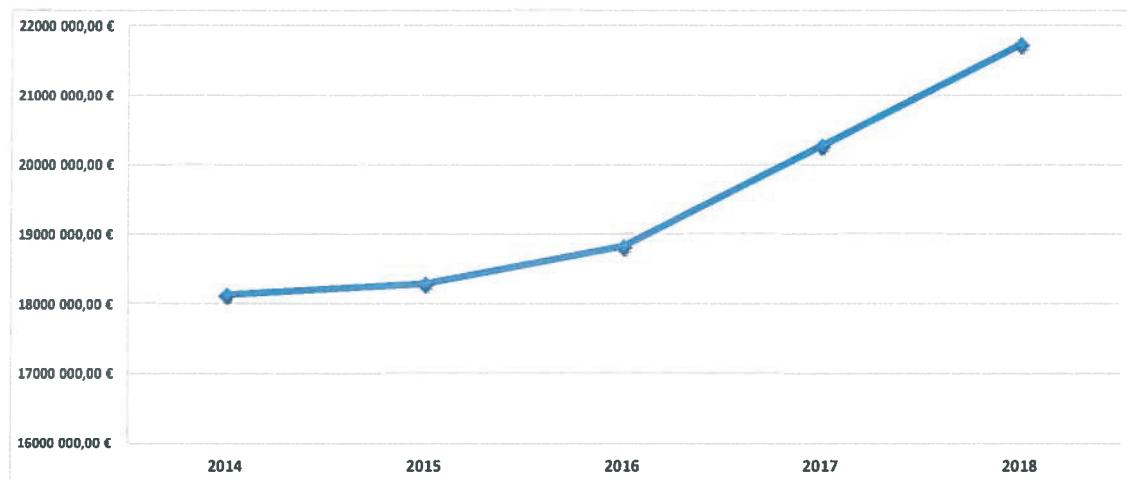


Gráfico 4 – Evolução Despesas Corrente (€)

As despesas com pessoal, a rubrica mais estrutural dos gastos correntes, registou um ligeiro acréscimo de cerca de 11%, em resultado do aumento dos postos de trabalho, mantendo-se, no entanto, nos 20% do total das despesas correntes.

ORÇAMENTO - DESPESA COM PESSOAL	
2014	7 049 080,00 €
2015	6 737 250,00 €
2016	6 769 796,97 €
2017	6 900 065,34 €
2018	7 620 912,28 €

Quadro 6 – Despesas com Pessoal (€)



## RELATÓRIO DE GESTÃO 2018

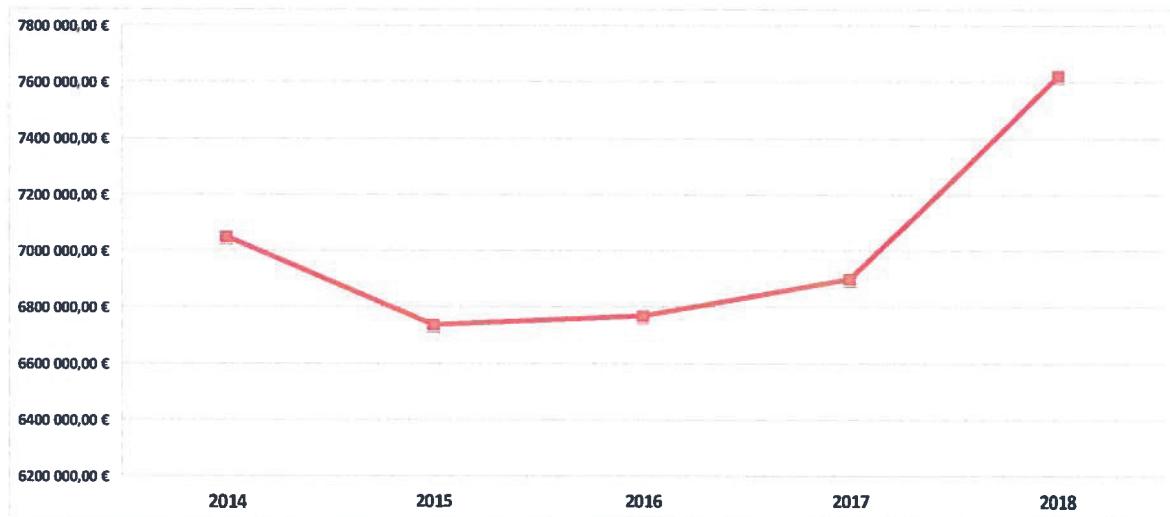


Gráfico 5 – Evolução Despesas com Pessoal (€)

No ano de 2018, as Despesas de Capital atingiram **13.602.711,85 €** tendo correspondido a cerca de 38,52% da despesa total.

O registo dos valores do investimento realizados pela Autarquia está evidenciado no quadro seguinte:

ORÇAMENTO - DESPESA DE CAPITAL	
2014	<b>16 502 268,38 €</b>
2015	<b>14 188 522,02 €</b>
2016	<b>21 509 341,12 €</b>
2017	<b>17 909 793,63 €</b>
2018	<b>13 602 711,85 €</b>

Quadro 7 – Despesas de Capital (€)



## RELATÓRIO DE GESTÃO 2018

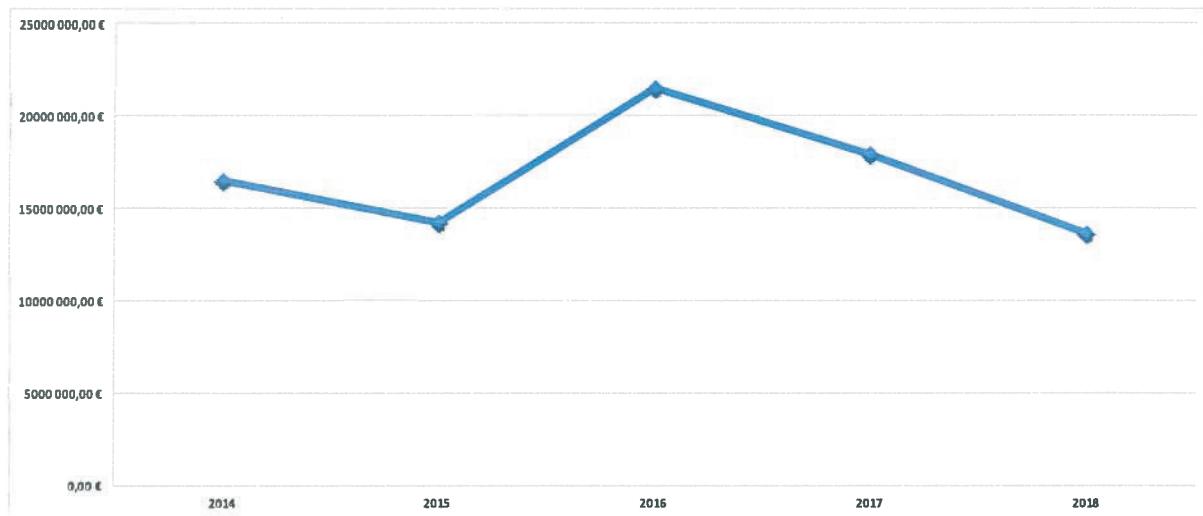


Gráfico 6 – Evolução das Despesas de Capital (€)

O nível de investimento continua a situar-se num patamar acima da realidade nacional, embora evidencie um ligeiro decréscimo do investimento, situando-se ainda num nível bastante razoável.

### 1.5.2 – ANÁLISE ORÇAMENTAL DA RECEITA

O valor orçamental da receita do exercício de 2018 fixou-se em **37.051.286,48 €**. Os valores dos últimos cinco anos, constam do quadro e do gráfico seguinte:

ORÇAMENTO - RECEITA TOTAL	
2014	<b>35 173 075,89 €</b>
2015	<b>33 578 636,95 €</b>
2016	<b>40 708 140,38 €</b>
2017	<b>36 631 713,60 €</b>
2018	<b>37 051 286,48 €</b>

Quadro 8 – Receita (€)



## RELATÓRIO DE GESTÃO 2018

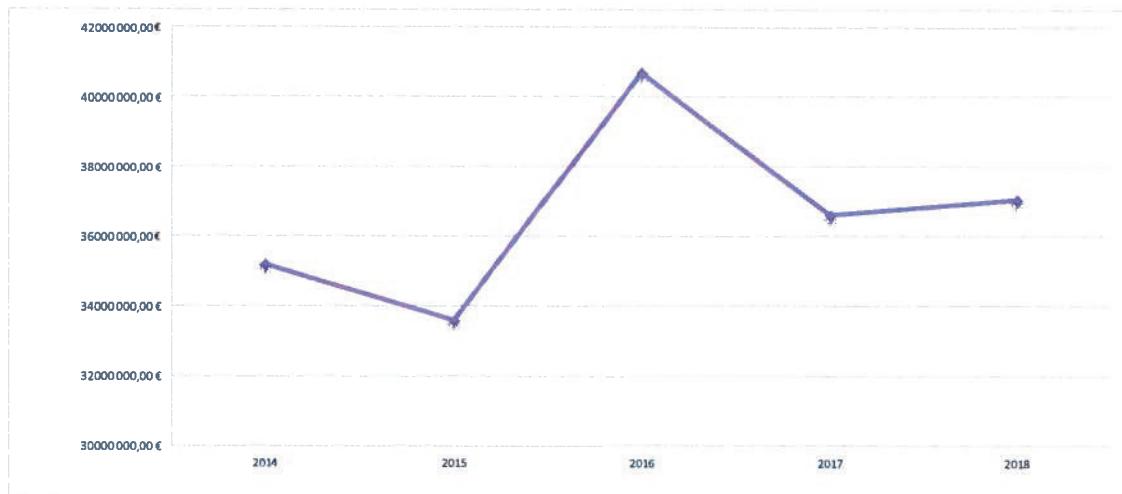


Gráfico 7 – Evolução da Receita (€)

Constata-se que em 2018 houve um aumento da receita total, no valor de 419.572,88 €, face ao ano anterior, contrariando a tendência de decréscimo verificada em 2017.



## RELATÓRIO DE GESTÃO 2018

Em 2018, a estruturação da receita corrente e de capital foi enquadrada nas diferentes rubricas e da seguinte forma:

RUBRICAS DA RECEITA		VALOR (€)	%
01	Impostos directos	9 033 274,48	24,38%
02	Impostos indirectos	299 847,57	0,81%
04	Taxas, multas e outras penalidades	255 331,14	0,69%
05	Rendimentos da propriedade	366 943,62	0,99%
06	Transferências correntes	18 485 004,95	49,89%
07	Venda de bens e serviços correntes	3 942 274,34	10,64%
08	Outras receitas correntes	467 489,74	1,26%
09	Venda de bens de investimento	381 407,26	1,03%
10	Transferências de capital	3 794 515,70	10,24%
13	Outras receitas de capital	21 644,56	0,06%
15	Reposições não abatidas nos pagamentos	3 553,12	0,01%

Quadro 9 – Receita por Rubrica

As rubricas Impostos Diretos, Transferências Correntes, Venda de bens e serviços correntes e Transferências de Capital foram os pilares essenciais que sustentaram o orçamento de Receita do ano 2018, representando no conjunto 95,15%.

As receitas correntes representaram 88,66% do total da Receita. A evolução das receitas correntes, no último quinquénio, consta do quadro seguinte:



## RELATÓRIO DE GESTÃO 2018

ORÇAMENTO - RECEITA CORRENTE	
<b>2014</b>	<b>31 588 433,00 €</b>
<b>2015</b>	<b>30 455 034,00 €</b>
<b>2016</b>	<b>33 241 820,99 €</b>
<b>2017</b>	<b>32 134 553,21 €</b>
<b>2018</b>	<b>32 850 165,84 €</b>

Quadro 10 – Receita Corrente (€)

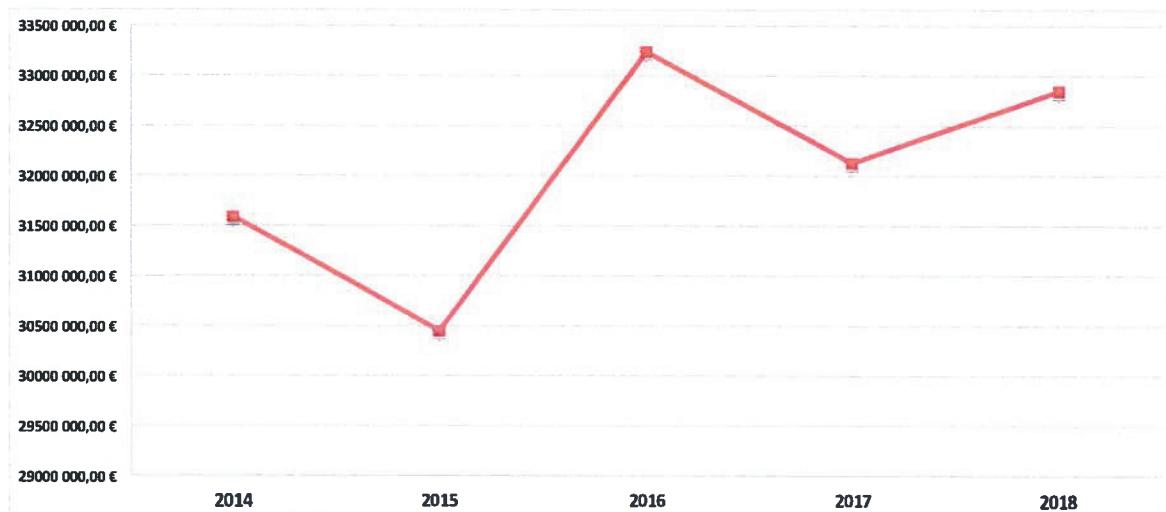


Gráfico 8 – Evolução da Receita Corrente (€)

Tem-se assistido, nos últimos anos, a um aumento da Receitas Correntes, em resultado de novas competências que o Município tem assumido, nomeadamente na área da Educação e da Cultura. Este aumento resulta essencialmente do aumento da receita de taxas, multas e outras penalidades, de transferências correntes e outras receitas correntes.

Verifica-se uma importância estrutural das receitas relativas a Impostos Diretos e Transferências Correntes, nomeadamente do Fundo de Equilíbrio Financeiro, do Fundo Social Municipal, Participação Fixa do IRS e Outras.



## RELATÓRIO DE GESTÃO 2018

No ano de 2018, as receitas de capital apenas representaram 11,33% do total das receitas, comparativamente às despesas de capital que representam 38,52% do total da despesa, o que demonstra o esforço que tem sido feito na canalização de recursos proveniente de receita corrente para investimento.

No quadro seguinte apresenta-se a evolução das receitas de capital:

ORÇAMENTO - RECEITA CAPITAL	
2014	3 488 429,90 €
2015	3 037 002,40 €
2016	7 433 191,23 €
2017	4 332 487,03 €
2018	4 197 567,52 €

Quadro 11 – receita de Capital (€)

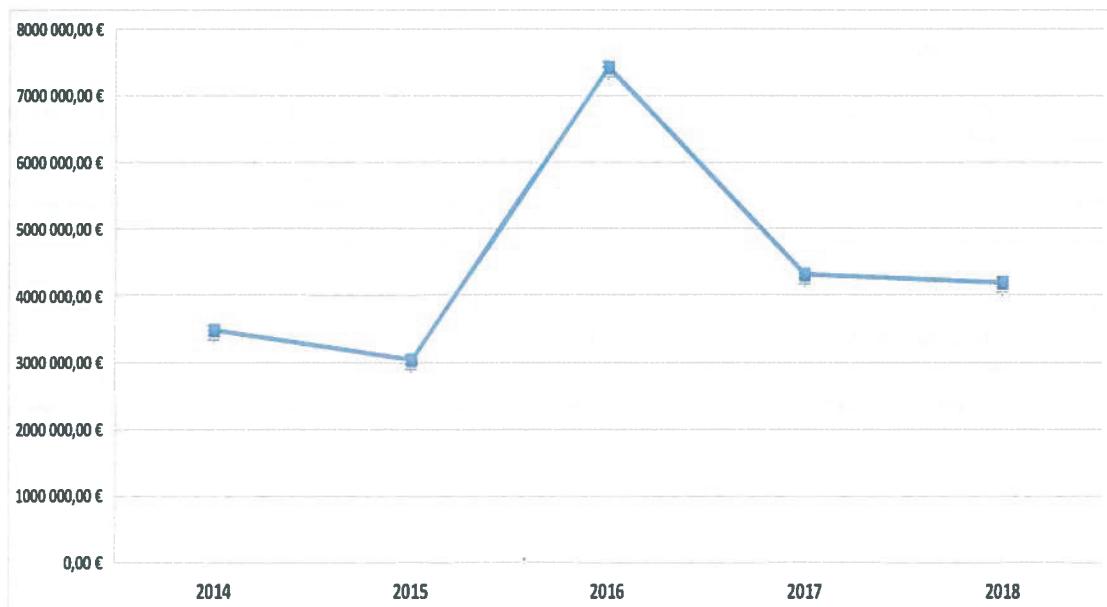


Gráfico 9 – Evolução das Receitas de Capital (€)



## RELATÓRIO DE GESTÃO 2018

Na relação entre despesas e receitas e considerando os rácios a seguir apresentados, evidencia-se que as receitas de capital sustentaram, em 2018, apenas 30,86% do investimento efetuado, pelo que o restante foi conseguido com a afetação de receitas correntes.

RÁCIOS (Receita / Despesa)	2014	2015	2016	2017	2018
Receitas Correntes	174,37	166,54	176,62	158,61	151,30
Despesas Correntes					
Receitas de Capital	21,14	21,40	34,56	24,19	30,86
Despesas de Capital					

Quadro 12 – Rációs Receitas / Despesas (%)

### 1.6 – EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

No quadro seguinte apresenta-se a evolução da execução orçamental do Município de Castelo Branco, desde 2014.

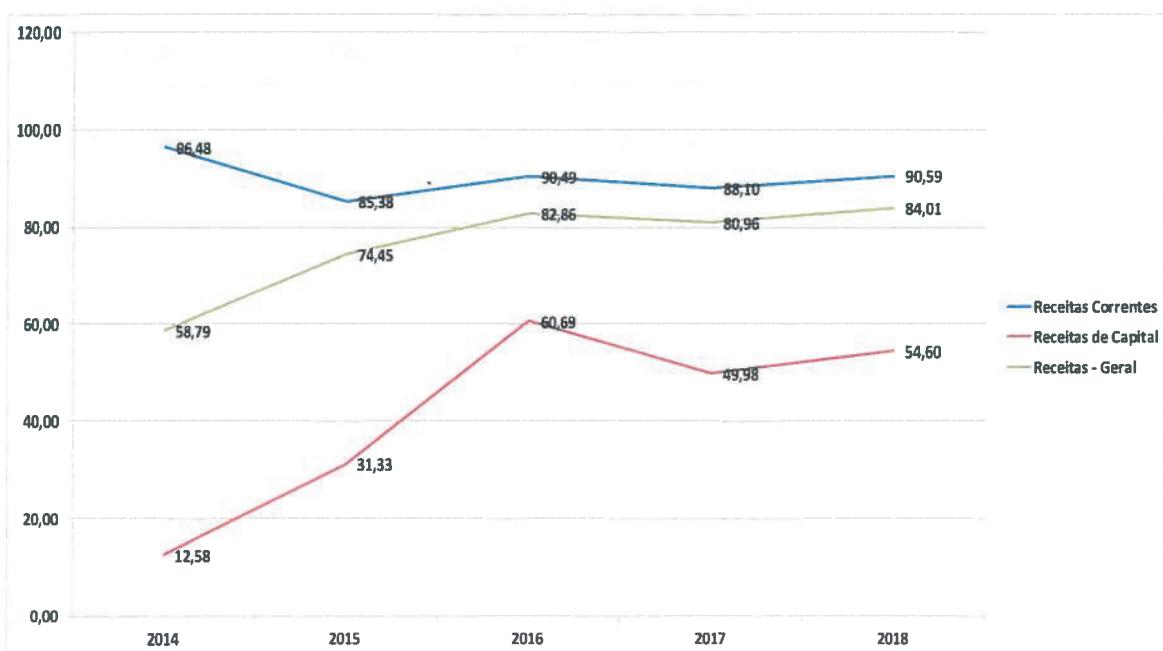
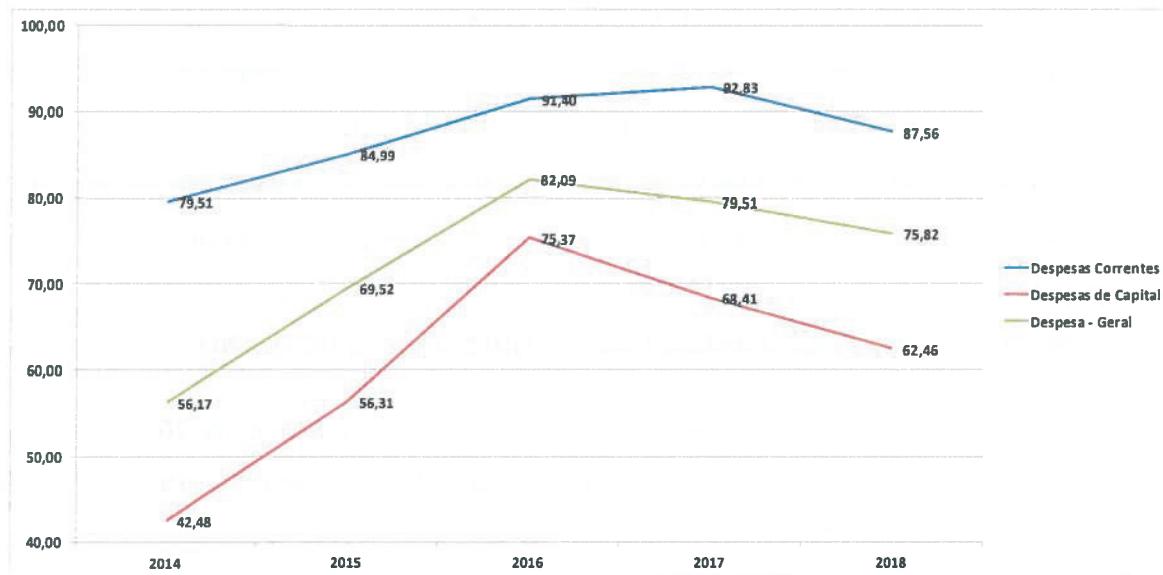
EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	2014	2015	2016	2017	2018
Despesas Correntes	79,51	84,99	91,40	92,83	87,56
Despesas de Capital	42,48	56,31	75,37	68,41	62,46
Despesa - Geral	56,17	69,52	82,09	79,51	75,82
Receitas Correntes	96,48	85,38	90,49	88,10	90,59
Receitas de Capital	12,58	31,33	60,69	49,98	54,60
Receitas - Geral	58,79	74,45	82,86	80,96	84,01

Quadro 13 – Execução Orçamental (%)



## RELATÓRIO DE GESTÃO 2018

Partindo de um Orçamento muito realista e com projetos muito bem definidos, a execução em 2018 apresenta valores de execução muito satisfatórios, garantindo uma execução em linha com os anos anteriores e de acordo com a política definida pelo executivo.





## RELATÓRIO DE GESTÃO 2018

É de realçar que:

- Em termos de Despesas de Capital, a execução de 62,46% reflete o intenso investimento que ocorreu em 2018, nomeadamente ao nível do investimento diretamente desenvolvido pela Autarquia, apesar da redução das receitas de capital;
- Em termos de Despesa Total/Geral, a execução de 75,82% representa uma enorme capacidade de concretização das atividades previstas em Orçamento;
- Em termos de Receita Total/Geral, foi obtida uma taxa de execução de 84,86%, o que representa um bom desempenho em termos de execução global da receita.

### 1.7 – ANÁLISE DA EXECUÇÃO ANUAL DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO

O valor executado ao nível das Grandes Opções do Plano no exercício de 2018 fixou-se em **20.020.282,56 €**, refletindo uma execução de 68,01%. Os valores dos últimos cinco anos, constam do quadro e do gráfico seguinte:

<b>EXECUÇÃO - GRANDES OPÇÕES DO PLANO</b>				
<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>
<b>45,30%</b>	<b>60,99%</b>	<b>78,24%</b>	<b>73,89%</b>	<b>68,01%</b>

Quadro 14 – Execução – Grandes Opções do Plano



## RELATÓRIO DE GESTÃO 2018

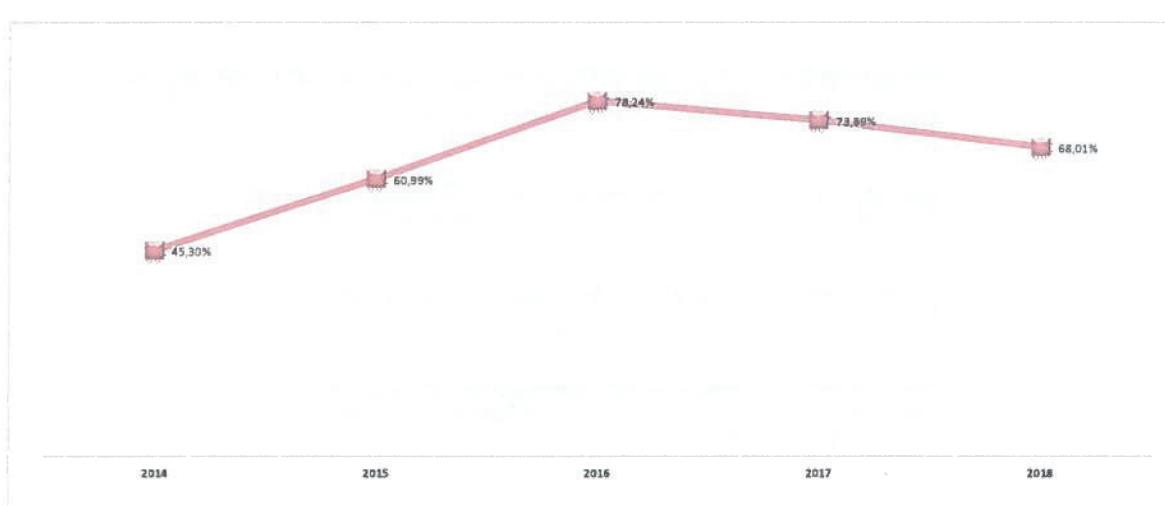


Gráfico 12 – Execução – Grandes Opções do Plano

O valor executado e respetivas taxas de execução dos diferentes objetivos que representam as Grandes Opções do Plano estão representadas nos gráficos seguintes:

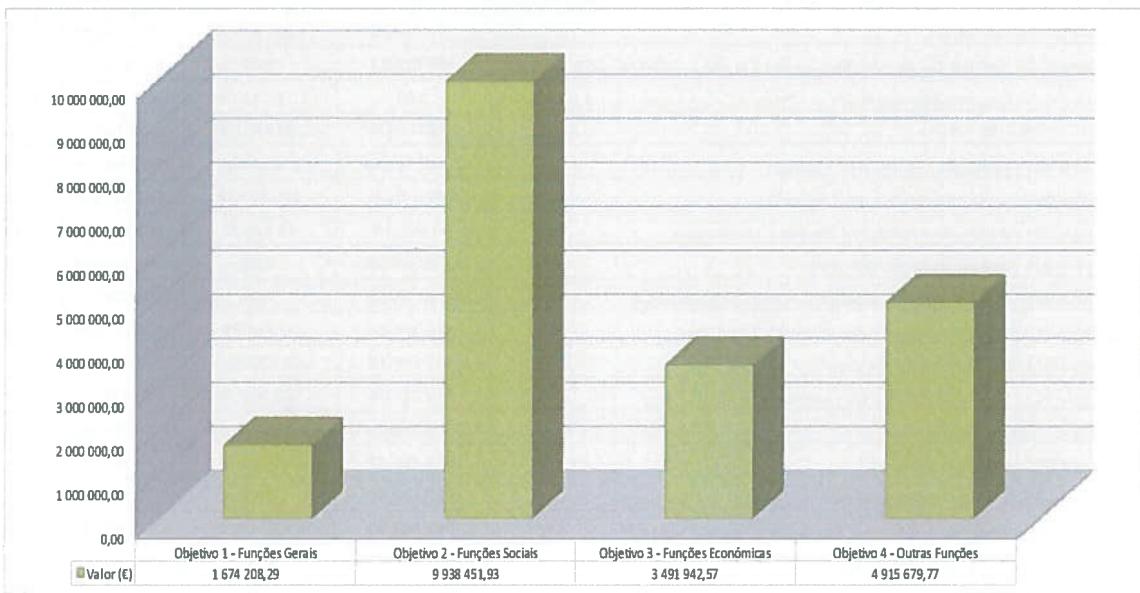


Gráfico 13 – Objetivos – Grandes Opções do Plano



## RELATÓRIO DE GESTÃO 2018

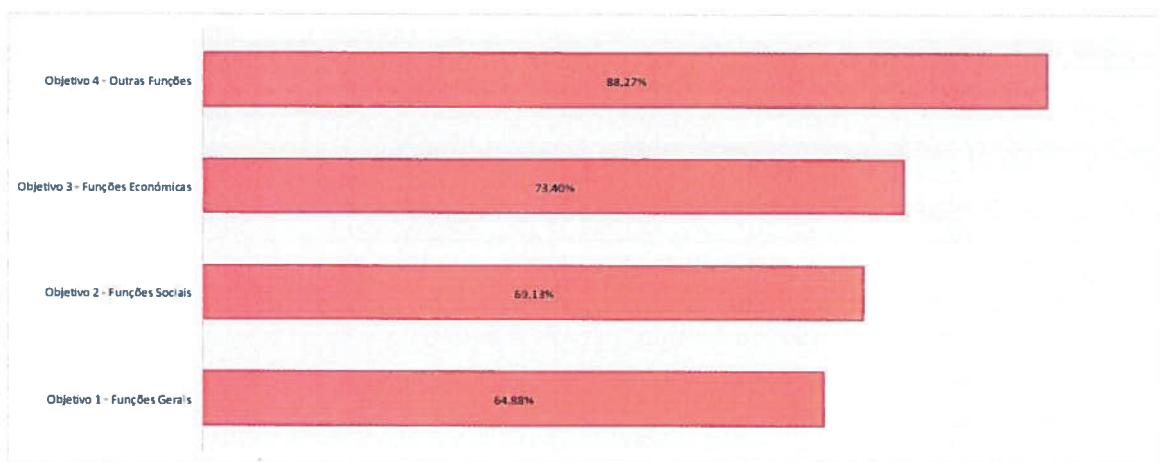


Gráfico 14 – Objetivos – Grandes Opções do Plano – Taxa de Execução

As Grandes Opções do Plano subdividem em Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e Atividades Mais Relevantes (AMR), registando os seguintes valores:

OBJETIVOS / FUNÇÕES	PPI	AMR	Total GOP	%
Objetivo 1 - Funções Gerais	556 094,51	1 118 113,78	1 674 208,29	8,36%
Programa 001 - Serviços Gerais da Administração Pública - Administração Geral	556 094,51	0,00	556 094,51	2,78%
Programa 003 - Segurança Ordem Pública - Proteção Civil e Luta Contra Incêndios	0,00	1 118 113,78	1 118 113,78	5,58%
Objetivo 2 - Funções Sociais	8 398 608,07	1 539 843,86	9 938 451,93	49,64%
Programa 001 - Educação - Ensino não Superior	2 112 583,94	306 059,75	2 418 643,69	12,08%
Programa 003 - Saúde - Segurança e Ação Social	204 642,38	386 677,48	591 319,86	2,95%
Programa 004 - Habitação e Serviços Colectivos - Habitação	69 503,34	92 125,73	161 629,07	0,81%
Programa 005 - Ordenamento do Território	3 403 646,62	0,00	3 403 646,62	17,00%
Programa 009 - Proteção Meio Ambiente e Proteção da Natureza	1 108 064,13	0,00	1 108 064,13	5,53%
Programa 010 - Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	432 908,27	37 847,28	470 755,55	2,35%
Programa 011 - Desporto Recreio e Lazer	947 849,33	594 227,08	1 542 076,41	7,70%
Programa 012 - Outras Atividades Cívicas e Religiosas	119 410,06	122 906,54	242 316,60	1,21%
Objetivo 3 - Funções Económicas	2 258 915,62	1 233 026,95	3 491 942,57	17,44%
Programa 001 - Indústria e Energia	582 210,67	10 000,00	592 210,67	2,96%
Programa 003 - Transportes Rodoviários	615 187,66	0,00	615 187,66	3,07%
Programa 004 - Comércio e Turismo - Mercados e Feiras / Turismo	329 882,58	1 223 026,95	1 552 909,53	7,76%
Programa 005 - Outras Funções Económicas	432 565,61	0,00	432 565,61	2,16%
Programa 006 - Transportes Aéreos	299 069,10	0,00	299 069,10	1,49%
Objetivo 4 - Outras Funções	0,00	4 915 679,77	4 915 679,77	24,55%
Programa 001 - Operações da Dívida Autárquica	0,00	595 286,89	595 286,89	2,97%
Programa 002 - Transferências entre Administrações	0,00	726 816,63	726 816,63	3,63%
Programa 003 - Diversos não especificados	0,00	3 593 576,25	3 593 576,25	17,95%
<b>TOTAL</b>	<b>11 213 618,20</b>	<b>8 806 664,36</b>	<b>20 020 282,56</b>	<b>100,00%</b>

Quadro 15 – Grandes Opções do Plano (PPI+AMR)



## RELATÓRIO DE GESTÃO 2018

Em termos de decomposição das Grandes Opções do Plano em Plano Plurianual de Investimentos e Atividades Mais Relevantes, constatamos uma execução de 62,40% e 76,80%, respetivamente.

Numa análise mais detalhada ao Plano Plurianual de Investimentos, podemos constatar a boa taxa de execução no quadro seguinte, que reflete a realidade dos últimos 5 anos:

<b>EXECUÇÃO - PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS</b>				
<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>
<b>32,89%</b>	<b>52,88%</b>	<b>76,12%</b>	<b>68,89%</b>	<b>62,40%</b>

Quadro 16 – Execução – Plano Plurianual de Investimentos

Na análise deste período, verifica-se que face a 2014 a taxa de execução de 2018 aumentou em cerca de 29%.

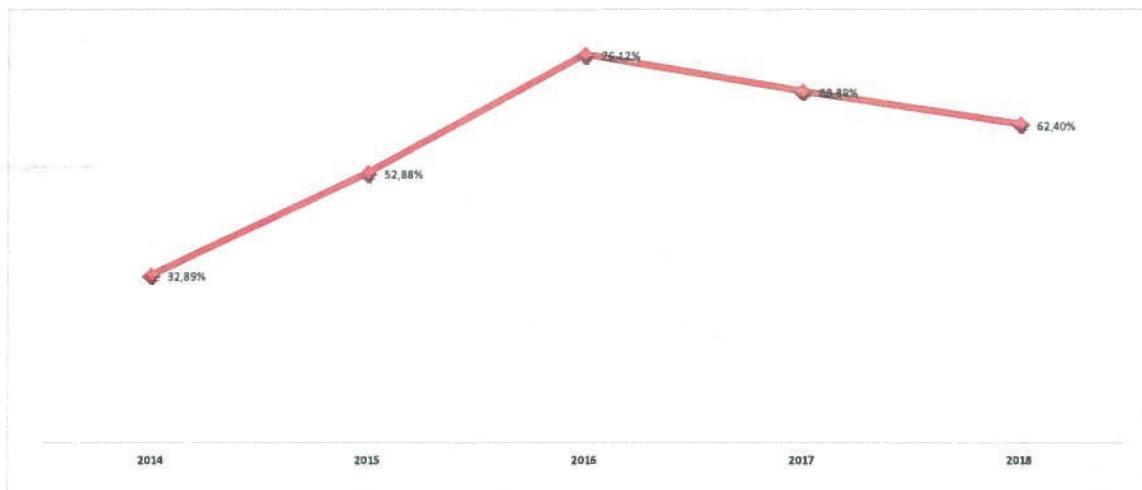


Gráfico 15 – Execução – Plano Plurianual de Investimentos



## RELATÓRIO DE GESTÃO 2018

Da atividade municipal relativa ao ano de 2018, destacam-se as iniciativas que reputamos de maior significado, nas distintas funções autárquicas:

### Funções Gerais

#### Serviços Gerais Administração Pública

- Aquisição de equipamento administrativo;
- Aquisição de equipamento informático.

#### Segurança Ordem Pública Proteção Civil

- Manutenção de redes de infraestruturas.

### Funções Sociais

#### Educação – Ensino Não Superior

- Requalificação da Escola Secundária Nuno Álvares;
- Fornecimento de alimentação e refeições escolares;
- Construção, conservação, reparação e melhoramentos de Escolas;
- Requalificação da Escola Secundária Amato Lusitano.

#### Saúde – Segurança e Ação Social

- Remodelação do Serviço de Urgência da ULS;
- Transferência de Capital para Instituições para construção de Centros de Dia e Centros Sociais no Município;
- Conservação, reparação e melhoramentos de Habitação Social.



## RELATÓRIO DE GESTÃO 2018

### Habitação e Serviços Coletivos

- Programa Habitar Castelo Branco;
- Construção, reparação e melhoramentos de habitações propriedade do Município;

### Ordenamento do Território

- Aquisição de prédios no Município;
- Conservação, Reparação e Melhoramentos em Edifícios e Equipamentos;
- Requalificação Urbana da Alameda do Cansado e da Rua Eng.º Duarte Pacheco;
- Obras de Requalificação Urbana em Castelo Branco e nas Freguesias;

### Proteção do Meio Ambiente e Proteção da Natureza

- Requalificação e Valorização Ambiental do Barrocal;
- Construção, melhoramentos e conservação de parques e jardins e outros espaços ajardinados;
- Aproveitamento de recursos hídricos com regularização de caudais;

### Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos

- Beneficiação e Conservação do Complexo do Paço Episcopal de Castelo Branco e Edifício do Museu Tavares Proença Júnior;
- Aquisição, mobiliário, maquinaria e equipamentos para instalações culturais.

### Desporto, Recreio e Lazer

- Transferência de Capital para apoio a Coletividades / Instituições;
- Construção de Pista de Karting;
- Construção e conservação de instalações desportivas no Município;
- Requalificação de Piscinas Municipais.



## RELATÓRIO DE GESTÃO 2018

### Outras atividades cívicas e religiosas

- Transferência de capital para recuperação de igrejas, capelas e espaços exteriores;
- Obras de Conservação e Restauro do Património integrado da Igreja de São Miguel da Sé.

### Funções Económicas

#### Indústria e Energia

- Infraestruturas na Área de Localização Empresarial;
- Eletrificação no Município;
- Conservação Reparação e Melhoramentos nas Redes de Iluminação Pública Propriedade do Município.

#### Transporte Rodoviários

- Construção, reparação e melhoramento de estradas e caminhos municipais;
- Sinalização Viária no Município;
- Construção Conservação de Caminhos Rurais/Agrícolas e Florestais.

#### Comércio e Turismo

- Realização de Feiras no Concelho;
- Adaptação de edifício Municipal para Centro de Criatividade;
- Transferência de Capital para o INOVCLUSTER - Associação Cluster Agro-Industrial Centro;
- Requalificação do Mercado Coberto de Alcains e envolvente.

#### Outras Funções Económicas

- Conservação Reparação e Melhoramentos de Edifícios Propriedade do Município;
- Ampliação de Pavilhão Multiusos da Quinta Pires Marques;



## RELATÓRIO DE GESTÃO 2018

### Transportes Aéreos

- Construção do Aeródromo de Castelo Branco – Hangar e Acessos.

Para além dos Projetos claramente identificados nas Grandes Opções do Plano, o Executivo, no desenvolvimento da linha política que tem vindo a seguir, dinamizou um conjunto de iniciativas contemplando um alargado número de áreas de atuação, desde a Cultura, Educação, Economia, Apoio Social, Promoção, Modernização Administrativa, Ambiente, Comércio, Desporto e Lazer, Juventude, Mobilidade e Proteção Civil.



## RELATÓRIO DE GESTÃO 2018

### 2. ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

#### 2.1 - INDICADORES GERAIS DE ATIVIDADE

Os quadros seguintes referem-se a rácios de estrutura, gestão, investimento e produtividade que caracterizam o desenvolvimento das competências e atribuições da Autarquia, na prossecução do interesse público, com a satisfação das necessidades coletivas da comunidade, relacionadas com as funções gerais, sociais, económicas e outras, conferidas ao Município. A informação apresentada, desde 2013, permite avaliar a evolução registada no último quinquénio.

RÁCIOS DE ESTRUTURA (%)	2014	2015	2016	2017	2018
Impostos Diretos	26,80	28,89	28,47	28,25	27,50
Receitas Correntes					
Transferências Correntes	52,24	55,76	53,92	55,52	56,27
Receitas Correntes					
Transferências Capital	95,71	89,68	99,66	63,00	90,40
Receitas Capital					
Passivos Financeiros	37,69	179,54	73,15	22,69	14,18
Receitas de Capital					
Receitas Correntes	89,80	90,70	81,66	87,72	88,66
Receitas Totais					

Quadro 17 – Rácios de Estrutura



## RELATÓRIO DE GESTÃO 2018

RÁCIOS DE GESTÃO (%)	2014	2015	2016	2017	2018
Despesas Correntes	57,35	60,05	56,62	63,05	66,09
Receitas Correntes					
Despesas de Capital	473,05	454,24	289,37	413,38	324,06
Receitas de Capital					
Despesas com o Pessoal	22,31	22,12	20,37	21,47	23,20
Receitas Correntes					
Despesas com o Pessoal	38,91	36,84	35,97	34,06	35,10
Despesas Correntes					

Quadro 18 – Rácios de Gestão

RÁCIOS DE INVESTIMENTO	2014	2015	2016	2017	2018
Investimentos	47,67	43,69	45,29	38,51	31,75
Despesa Total					
Investimentos	294,00	253,00	325,53	261,96	199,85
População (Censos 2011) (x)					
Investimentos	11 460	9 853	12 684	10 207	7 787
Área do Município (Km2) (xx)					

Quadro 19 – Rácios de Investimento



## RELATÓRIO DE GESTÃO 2018

RÁCIOS DE PRODUTIVIDADE		2014	2015	2016	2017	2018
População (Censos 2011)	un.	146	148	149	144	137
Total de Funcionários						
Despesas com o Pessoal	%	75,54	47,48	37,06	46,94	67,96
Investimentos						
Investimentos	€	24 427	37 437	48 577	37 785	27 417
Total de Funcionários						
Receita Total	€	92 076	88 598	108 266	94 169	90 590
Total de Funcionários						
Despesas de Funcionamento	€	47 424	48 250	50 057	52 084	53 086
Total de Funcionários						

Quadro 20 – Ráios de Produtividade

### 2.2 - CUSTOS

No exercício de 2018, em termos de custos, destacam-se:

- Amortizações do exercício 15.315.532,80€
- Fornecimentos e serviços externos 10.735.771,57€
- Encargos com o pessoal 7.727.211,42€



## RELATÓRIO DE GESTÃO 2018

CUSTOS E PERDAS	2018	
	VALOR	%
Custos Mercadorias Vendidas e Matérias Consum.	514 358,34	1,35%
Fornecimentos e Serviços Externos	10 735 771,57	28,15%
Custos com Pessoal	7 727 211,42	20,26%
Transf. Subs. Corr. Conc. Prest. Sociais	3 682 700,79	9,66%
Amortizações do Exercício	15 315 532,80	40,16%
Provisões do Exercício	55 745,04	0,15%
Outros Custos e Perdas Operacionais	108 783,19	0,29%
<b>Total dos Custos Operacionais</b>	<b>38 140 103,15</b>	<b>100%</b>
Juros Suportados	44 356,75	7%
Outros Custos e Perdas Financeiras	552 598,34	93%
<b>Total dos Custos e Perdas Financeiras</b>	<b>596 955,09</b>	<b>100%</b>
Transf. de capital concedidas	1 467 992,57	38%
Outros custos e perdas extraordinárias	2 440 484,61	62%
<b>Total dos Custos e Perdas Extraordinárias</b>	<b>3 908 477,18</b>	<b>100%</b>
<b>Total</b>	<b>42 645 535,42</b>	

Quadro 21 – Custos e Perdas

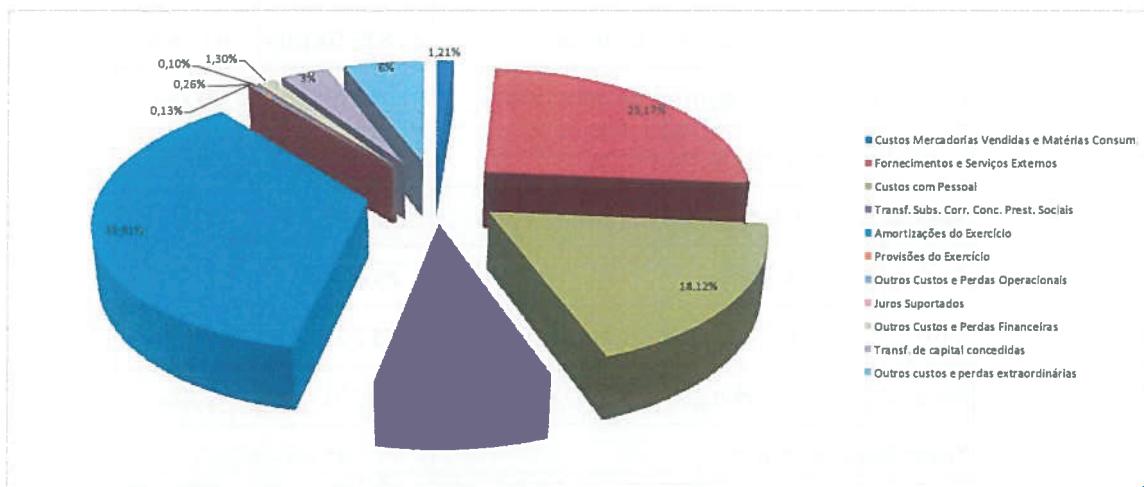


Gráfico 16 – Custos e Perdas



## RELATÓRIO DE GESTÃO 2018

Em 2018 os custos totalizaram **42.645.535,42€**, salientando-se o acréscimo dos outros custos e perdas extraordinárias em **1.245.002,59€**, resultado do trabalho desenvolvido com vista á regularização do imobilizado da Câmara Municipal.

### 2.3 – PROVEITOS

Os proveitos do exercício de 2018 distribuíram-se, essencialmente, por:

- Transferências e subsídios 21.813.513,95€
- Impostos e taxas 9.839.745,63€
- Proveitos Suplementares 2.687.642,85€

A repartição dos proveitos está evidenciada no mapa seguinte:

PROVEITOS	2018	
	VALOR	%
Vendas de Produtos	1 390 494,36	3,89%
Prestações de Serviços	0,00	0,00%
Impostos e taxas	9 839 745,63	27,54%
Proveitos Suplementares	2 687 642,85	7,52%
Transferências e subsídios obtidos	21 813 513,95	61,05%
Outros Proveitos e ganhos operacionais	0,00	0,00%
<b>Total dos proveitos operacionais</b>	<b>35 731 396,79</b>	<b>100%</b>
<b>Total dos proveitos e ganhos financeiros</b>	<b>209 435,78</b>	<b>100%</b>
Redução de Provisões	25 864,66	0,47%
Outros proveitos e ganhos extraordinários	5 513 653,28	99,53%
<b>Total dos proveitos e ganhos extraordinário</b>	<b>5 539 517,94</b>	<b>100%</b>
<b>Total dos proveitos</b>	<b>41 480 350,51</b>	

Quadro 22- Proveitos



## RELATÓRIO DE GESTÃO 2018

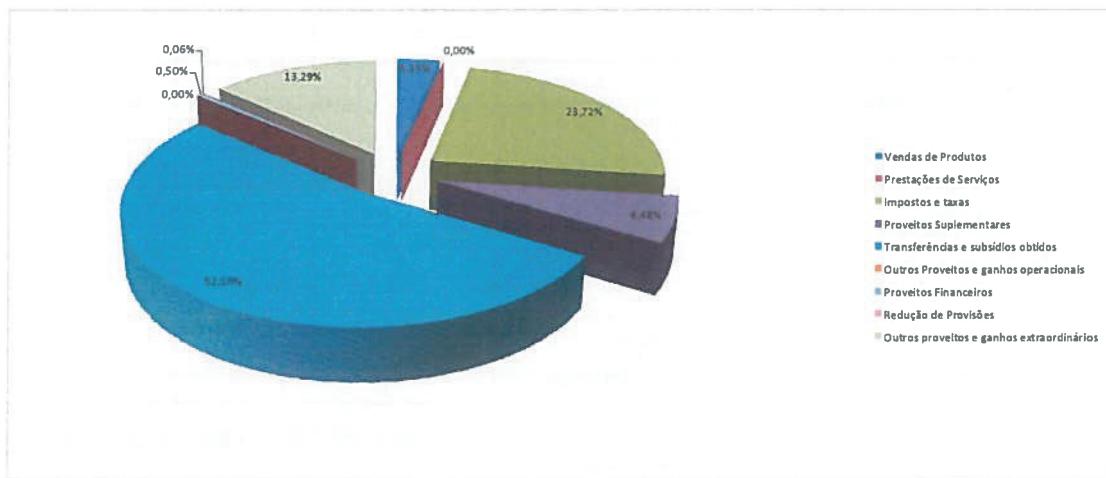


Gráfico 17 - Proveitos

Verifica-se que ao nível dos proveitos a Câmara Municipal atingiu um total de **41.480.350,51€**, dos quais se destacamos as transferências e subsídios os impostos e taxas e os proveitos suplementares.

### 2.4 – RESULTADOS

Do exercício de 2018 foi apurado um resultado líquido negativo no valor de **1.165.184,91€**.

### 2.5 – ANÁLISE FINANCEIRA

Considerando a elaboração do Balanço, da Demonstração de Resultados e do respetivo anexo, torna-se possível uma análise mais circunstanciada da situação financeira do Município de Castelo Branco, em 31 de dezembro de 2018, com base nos indicadores e nos rácios económicos e financeiros que se apresentam a seguir.



## RELATÓRIO DE GESTÃO 2018

		2014	2015	2016	2017	2018
<b>LIQUIDEZ GERAL</b>	Ativo Circulante	14,09	17,04	51,15	16,26	16,22
	Exigível C.P.					
<b>SOLVABILIDADE</b>	Recursos Próprios	18,38	20,58	35,13	55,08	63,33
	Recursos Alheios					
<b>ENDIVIDAMENTO</b>	Passivo	3,56%	3,02%	1,92%	1,45%	1,27%
	Ativo Líquido * 100					
<b>AUTONOMIA FINANCEIRA</b>	Fundos Próprios	60,33%	62,14%	67,41%	79,84%	80,66%
	Ativo					
<b>COBERTURA ATIVO</b>	Ativo	28,12	45,18	52,12	68,99	78,52
	Passivo					
<b>DEPENDÊNCIA DOS EMPRÉSTIMO M/L PRAZO</b>	Empréstimos ML prazo	2,15%	1,57%	1,46%	1,05%	0,81%
	Ativo					
<b>IMOBILIZADO / ATIVO</b>		90,55%	92,72%	91,61%	93,44%	92,48%

Quadro 23 – Rácios Económico-Financeiros

### 2.6 – ENDIVIDAMENTO

A evolução das dívidas a terceiros e de terceiros, de curto, de médio e longo prazo, nos últimos 5 anos, encontra-se perfeitamente identificada nos quadros seguintes, e resulta essencialmente dos investimentos realizados, ou em curso, e dos empréstimos contratados, visados, utilizados e ainda não utilizados.

A capacidade legal de endividamento do Município de Castelo Branco encontra-se num nível razoável e não constitui um fator impeditivo do normal desenvolvimento das atividades municipais, tendo em conta as capacidades económicas, financeiras e de endividamento da Autarquia.



## RELATÓRIO DE GESTÃO 2018

### 2.6.1– CAPACIDADE LEGAL DE ENDIVIDAMENTO

O Município de Castelo Branco dispõe de capacidade de endividamento junto das instituições bancárias, respeitando a legislação em vigor, em matéria de endividamento das autarquias locais.

O limite da dívida total para o ano 2018 é **47.915.704,43 €**, registando o Município de Castelo Branco, no início do ano uma margem de **42.023.395,61 €**, conforme evidenciado no ponto 4 do relatório.

Nos termos da alínea b) do n.º 3 do artigo 52º da Lei 73/2013 o Município pode aumentar em cada exercício o valor correspondente a 20% da margem disponível no início de cada ano, pelo que para o ano 2018 corresponde a **8.404.679,12€**.

### 2.6.2– DÍVIDA A TERCEIROS – CURTO PRAZO

DIVIDAS A TERCEIROS - CURTO PRAZO	
<b>31/12/2014</b>	<b>2 105 923,15 €</b>
<b>31/12/2015</b>	<b>1 868 915,00 €</b>
<b>31/12/2016</b>	<b>611 101,17 €</b>
<b>31/12/2017</b>	<b>1 808 340,71 €</b>
<b>31/12/2018</b>	<b>1 914 976,55 €</b>

Quadro 24 – Dívidas a Terceiros – Curto Prazo



## RELATÓRIO DE GESTÃO 2018

A dívida em 31/12/2018, do Município de Castelo Branco a terceiros, a curto prazo, registou a evolução evidenciada no quadro acima. A principal componente da dívida a terceiros de curto prazo diz respeito à ao montante das amortizações dos Empréstimos de M/L Prazo a liquidar em 2018, no valor de 582.369,47€.

Comparativamente com o ano 2017 verifica-se um aumento das dívidas de curto prazo em virtude da alteração do critério de mensuração dos empréstimos, sendo o valor a amortizar no ano seguinte considerado como dívida de Curto Prazo.

### 2.6.3 – DÍVIDA A TERCEIROS – MÉDIO E LONGO PRAZO

A dívida do Município de Castelo Branco a terceiros a médio e longo prazo, constante do balanço, é constituída por empréstimos contratados, os quais totalizavam **3.277.714,68€** em 31/12/2018, e ainda pela dívida ao Fundo de Apoio Municipal (FAM), no valor de **68.683,00€** que se encontra por liquidar de acordo com as regras definidas por Lei, conforme consta no Balanço.

A dívida a médio e longo prazo, tendo em conta o valor utilizado dos empréstimos contratados e o valor do FAM, registou a evolução no último quinquénio como consta no quadro seguinte.

DIVIDAS A TERCEIROS - MÉDIO PRAZO	
-	<b>31/12/2014</b>
	<b>8 413 372,00 €</b>
	<b>31/12/2015</b>
	<b>6 763 391,00 €</b>
	<b>31/12/2016</b>
	<b>6 536 009,95 €</b>
	<b>31/12/2017</b>
	<b>4 682 761,90 €</b>
	<b>31/12/2018</b>
	<b>3 346 397,68 €</b>

Quadro 25 – Dívidas a Terceiros – Médio e Longo Prazo

O valor efetivo da dívida decorre essencialmente de três rubricas, fornecedores (conta corrente e faturas em receção e conferência), fornecedores de imobilizado e empréstimos. A dívida de



## RELATÓRIO DE GESTÃO 2018

empréstimos resulta da utilização de empréstimos contraídos junto de instituições bancárias, a seguir identificadas, para a realização de investimentos cofinanciados pelos fundos comunitários: Caixa Geral de Depósitos, S.A.; Banco Português de Investimento, S.A.; Banco Totta & Acores, S.A., Agência para a Coesão e Desenvolvimento, IP (IFDR) e Novo Banco, S.A.

Salienta-se que no ano 2018 a Câmara Municipal reduziu a sua dívida com Empréstimos Bancários, no valor global de **595.286,89€**.

### 2.6.4 – DÍVIDA DE TERCEIROS

A dívida de terceiros ao Município apresenta os valores que constam do quadro seguinte.

DIVIDAS DE TERCEIROS	
<b>31/12/2014</b>	<b>989 664,58 €</b>
<b>31/12/2015</b>	<b>1 110 371,22 €</b>
<b>31/12/2016</b>	<b>1 032 095,12 €</b>
<b>31/12/2017</b>	<b>575 400,92 €</b>
<b>31/12/2018</b>	<b>521 437,25 €</b>

Quadro 26 – Dívidas de Terceiros



## RELATÓRIO DE GESTÃO 2018

### 3. AFERIÇÃO DO CUMPRIMENTO DA REGRA DO EQUÍLIBRIO

#### EMPRÉSTIMOS

Designação	Capital contraído	Capital em dívida a 01 de Janeiro de 2018	Capital em dívida a 31 de Dezembro de 2018	Vida útil dos contratos	Anos em falta para o final dos contratos	Amortização Média
Empréstimos Santander	202 702,50 €	33 783,70	16 891,82	15	1	13 513,50
Empréstimos Novo Banco	262 507,05 €	18 735,45	0,00	15	0	17 500,47
Empréstimos CGD	5 881 113,95 €	2 972 566,58	2 642 014,79	18	3	326 728,55
Empréstimos BPI	960 740,00 €	160 123,32	80 061,66	15	1	64 049,33
Empréstimos IFDR	1 636 723,75 €	1 270 161,99	1 121 115,88	24	7	68 196,82
<b>TOTAIS</b>	<b>8 943 787,25</b>	<b>4 455 371,04</b>	<b>3 860 084,15</b>			<b>489 988,68</b>

#### REGRA DO EQUILÍBRIO

Apuramento do Cumprimento da Regra do Equilíbrio Financeiro	Valor
Amortização Média	489 988,68
Despesas Correntes Execução 31/12/2018	21 712 312,92
<b>Sub-total</b>	<b>22 202 301,60</b>
Receitas Correntes Execução 31/12/2018	32 850 165,84
<b>Margem de Equilíbrio (Art.º 40 da Lei 73/2013)</b>	<b>10 647 864,24</b>

Elaborado nos termos do n.º 2 do art.º 40 da Lei 73/2013

Quadro 27 – Regra do Equilíbrio

Nos termos do n.º 2 do artigo 40 da Lei 73/2013 de 3 de setembro, a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos.

No mapa acima verifica-se que no ano 2018 a Câmara Municipal de Castelo Branco cumpriu a regra do equilíbrio tendo uma margem de **10.647.864,24€**, acima do limite desta regra.



## RELATÓRIO DE GESTÃO 2018

### 4. APURAMENTO DO LIMITE DA DÍVIDA TOTAL

#### Mapa de apuramento do Limite da Dívida Total a 31-12-2018

artigo 52º e 54º da Lei 73/2013 de 3 de setembro

Receita Corrente cobrada em 31/12/2015	30 455 034,65		
Receita Corrente cobrada em 31/12/2016	33 241 820,99		
Receita Corrente cobrada em 31/12/2017	32 134 553,21		
<b>Total de receita corrente líquida cobrada nos últimos 3 Anos</b>	<b>95 831 408,85</b>		
<b>Média da receita corrente líquida cobrada nos 3 últimos anos</b>	<b>31 943 802,95</b>		
<b>1,5 vezes a média da receita líquida combrada nos 3 últimos anos</b>	<b>47 915 704,43</b>		
<b>Câmara Municipal de Castelo Branco</b>			
221 Fornecedores conta corrente	123 985,81		
228 Fornecedore Faturas receção e conferência	563 113,75		
23 Empréstimos obtidos	3 860 084,15		
24 Estado e Outros Entes Públlicos	205 920,67		
2611 Fornecedores de Imobilizado	22 066,16		
2618 Fornecedores de Imobilizado faturas receção e conferência	328 868,82		
2612 Fundo de Apoio Municipal	0,00		
Outros Devedores e Credores	145 771,98		
	<b>Total da dívida a terceiros (A)</b>		<b>5 249 811,34</b>
<b>Entidades Participadas</b>		<b>Partic. %</b>	<b>Contribuição para a dívida Bruta Municipal</b>
Serviços Municipalizados de Castelo Branco	701 990,99	100,00%	701 990,99
Albigec - Gestão de Equipamentos Culturais, Desportivos e de Lazer, EM, SA	88 648,98	100,00%	88 648,98
Terras da Beira Baixa - Sociedade de Desenvolvimento Agro-Industrial de Castelo Branco, EM, SA	18 881,08	96,00%	18 125,84
CATAA - Assoc. Centro Apoio Tecnológico Agro-Alimentar de Castelo Branco	94 920,28	94,00%	89 225,06
<b>Contribuição SM/AM/SEL/Ent participadas para o total da dívida bruta municipal (B)</b>			<b>897 990,87</b>
<b>Dívida não orçamental e Fundo de Apoio Municipal (C)</b>			<b>250 661,95</b>
<b>Dívida total a 31/12/2018 excluindo operações orçamentais e FAM (A+B-C)</b>			<b>5 897 140,26</b>
<b>Capacidade de endividamento</b>			
<b>Límite da dívida total a 31/12/2018</b>			<b>47 915 704,43</b>
<b>Dívida total a 31/12/2018 excluindo operações orçamentais e FAM</b>			<b>5 897 140,26</b>
<b>Margem absoluta</b>			<b>42 018 564,17</b>
<b>Margem utilizável (20%) (Alínea b) do n.º 3 do art. 52 da Lei 73/2013</b>			<b>8 403 712,83</b>



## RELATÓRIO DE GESTÃO 2018

### 5. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

Em conformidade com as demonstrações financeiras do ano 2018, o resultado líquido negativo do exercício foi de **1.165.184,91€**, valor que se encontra evidenciado tanto no Balanço como na Demonstração de Resultados.

Assim, nos termos do estipulado no ponto 2.7.3. do POCAL, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, a Câmara Municipal propõe a seguinte aplicação de resultados:

**1.º** – Que o resultado líquido do exercício, no valor de **1.165.184,91€**, seja transferido para a conta 59 – “Resultados Transitados”.

Não se conhecem quaisquer factos relevantes, decorrentes da atividade desenvolvida no ano agora em análise, que possam vir a afetar as atividades do Município no ano de 2018.

Castelo Branco, 15 de abril de 2019

O Presidente da Câmara Municipal de Castelo Branco

A blue ink signature of Dr. Luís Correia.

Dr. Luís Correia